
Primeira e única: a (in)visibilidade do ATL na edição impressa do maior jornal do país¹

Yasmin GATTO²

Elton ANTUNES³

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

RESUMO

Este trabalho discute o modo como relatos jornalísticos do jornal Folha de S. Paulo acerca da maior manifestação indígena do Brasil, o Acampamento Terra Livre (ATL) 2024, produziram também a invisibilização de aspectos decisivos relacionados ao evento. O exame do material publicado indica que os enquadramentos acionados para uma das principais pautas dos povos originários, a demarcação das terras, apareceu apenas com a significação de crítica ao governo atual.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Cobertura Jornalística; Folha de S.Paulo; Povos Originários; ATL;

Introdução

No ano de 2024, o Acampamento Terra Livre - ATL completou 20 anos de existência. Realizado entre os dias 22 e 26 de abril, a maior manifestação indígena da contemporaneidade teve como tema “Nosso Marco é Ancestral. Sempre estivemos aqui” e reuniu cerca de 8 mil indígenas em Brasília. Várias atividades aconteceram durante os dias de acampamento e a pauta principal foi a luta por demarcação de terras e uma cobrança efetiva ao governo para que alguma ação fosse tomada.

A questão indígena ganhou, nos últimos anos, novo relevo em segmentos do jornalismo brasileiro e também na mídia internacional. Esse destaque contemporâneo ocorre por vários motivos, dentre eles uma percepção crítica acerca do avanço do desmatamento, das queimadas, do agronegócio, do garimpo ilegal, da grilagem e da mineração em reservas indígenas; a paralisação de demarcação de terras (durante os quatro anos do governo anti-indígena de Jair Bolsonaro); o retorno da discussão sobre a votação da lei que altera a questão da demarcação de Terras Indígenas (o PL 490); a crise humanitária envolvendo os Yanomamis; a onda crescente de violência e

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, e-mail: yasmingatto@ufmg.br

³ Orientador do trabalho e professor da Universidade Federal de Minas Gerais, e-mail: eltunes@uol.com.br

assassinatos de indígenas na disputa por terras. Um aspecto que “embala” tal percepção é sua eventual relação com a chamada crise climática, que se faz cada vez mais presente como tema do cotidiano.

A cobertura recente da mídia corporativa se apropriou desta temática de maneira bastante enfática, mudando inclusive, a forma de nomear os “índios”, descritos agora como “povos originários”, “povos tradicionais”, “povos indígenas” ou “indígenas” e dando maior destaque à esta temática em diversos veículos e plataformas jornalísticas. Mas a problemática dos povos indígenas no Brasil não é recente, ela sempre foi alvo de incongruências que ficaram ainda mais evidentes quando o governo federal no período 2018-2022 se posicionou ou por ignorar ou por deslegitimar todas questões levantadas pelos povos indígenas. No âmbito fundiário, por exemplo, ao mesmo tempo em que se discute a atuação dos órgãos federais responsáveis pela regulamentação das terras indígenas, em torno da atuação do Estado articulam-se poderosos interesses econômicos nas terras onde esses povos habitam.

A disputa por terras no Brasil é uma das principais causas de morte violenta intencional e as populações indígenas são das mais atingidas, perdem não só a vida, mas o direito às terras assegurados na Constituição de 1988 (Rapozo, 2021). Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2023) indicam que foram cometidos, em 2022, 47 assassinatos por conflitos no campo, crescimento de 30,55% se compararmos com 2021 (36 assassinatos) e de 123% em comparação com os dados de 2020 (21 assassinatos). Os indígenas foram os alvos mais frequentes, com 38% das pessoas assassinadas em 2022.

A inserção semiperiférica do Brasil no cenário capitalista neoliberal e globalizado, atuando fortemente como exportador de *commodities* produzidas pelos setores estratégicos do neoextrativismo (mineração e agronegócio), tem resultado em um modelo de desenvolvimento que beneficia principalmente grupos transnacionais e elites nacionais, especialmente do setor financeiro. Para sua manutenção, muitos desses negócios se articulam a atividades ilegais que intensificam a degradação ambiental e impõem aos povos indígenas perda de direitos territoriais e uma escalada das situações de violência (Porto; Rocha, 2022)

Para Safatle (2022), o pesadelo que o Brasil viveu mais intensamente no governo bolsonarista, e que até hoje ainda sofre resquícios desses quatro anos, é

resultado de uma dinâmica global capitaneada pelo neoliberalismo. “A verdade é que essa política de choque e fim de padrões mínimos de solidariedade social só poderia ser sustentada pela doutrinação estatal de uma nova moral” (Safatle, 2022, p.71). O país foi criado a partir da implementação da célula econômica do latifúndio escravista, sendo o último país da América Latina a abolir a escravidão; o Brasil pode ser concebido como o maior experimento de necropolítica colonial da história moderna (Safatle, 2022). Essa característica permitiu ao país praticar uma política de “desaparecimento”, extermínio e aniquilação de setores vulneráveis da sociedade, entre eles, os povos indígenas.

Representação jornalística e enquadramento

Com base nas discussões que situam a centralidade da questão indígena na conjuntura política do país, não deixa de causar espanto termos uma única matéria publicada pelo maior jornal do país, Folha de São Paulo (no formato impresso), sobre a maior manifestação dos povos originários realizada no ano de 2024. Afinal, que representação jornalística é essa que tal postura editorial sinaliza?

A discussão sobre representação é uma das questões mais complexas para o jornalismo. Segundo Soares (2009), diversos teóricos abordaram o conceito de maneiras diferentes no campo da comunicação, mas sempre destacando os vieses implícitos contidos nas representações por meio de conceitos como enquadramento ou *framing* (Entman, 1991), mitologia (Barthes, 1980), representação (Hall, 1997) e agendamento (McCombs, 2004).

As representações estão fortemente presentes na sociedade e, por isso, elas aparentam ser ou se apresentam como um retrato do mundo negociado e disputado entre os diferentes agentes sociais. Representações instauram ou sancionam significações, homologam e naturalizam certos vieses, expressam entendimentos, por vezes contraditórios, no âmbito do discurso midiático. São lugares por excelência em que sugere-se modos de ser da sociedade, o que acaba legitimando determinados estereótipos, sejam eles étnicos, raciais, de gênero ou profissionais. A partir de tais operações se estabelecem padrões “normais” ou “modelos” de imagens, sejam elas pejorativas ou idealizadas, de populações, minorias e categorias sociais (Soares, 2009).

Para Soares, as representações desempenham papel importante em três gêneros da cultura midiática: a ficção, a persuasão (publicidade e propaganda) e a informação

(jornalismo). Ao olhar para os dois primeiros gêneros é mais fácil entender que “representações tendenciosas” se façam presentes como uma forma de propor mundos. Mas quando discutimos o jornalismo, o contrato de comunicação pressuposto torna mais difícil admitir uma notícia ou reportagem que não referende um compromisso ético de produzir representações em relatos verazes e que se pretendem verdadeiros em relação aquilo que se toma como realidade.

Charaudeau (2015) discorre sobre a finalidade desse contrato, que para ele tem duas visadas e cada uma delas corresponde a uma lógica particular. O autor diferencia o contrato de comunicação da informação do contrato de comunicação publicitária, afirmando que a finalidade do contrato da publicidade é distinta, pois se concentra mais na segunda visada, que é o de captar e seduzir o interlocutor. Já no de informação, o que predomina é o do fazer saber que está intrinsecamente ligado ao conceito de verdade, que pressupõe a existência de um mundo concreto e que os fatos devem ser reportados com seriedade correspondendo aos modos de lidar com essa realidade e desta forma cumprir o seu papel que é o de informar. Para Charaudeau (2015), todo contrato de comunicação acaba sendo definido por representações idealizadas, que são aceitas socialmente e, assim, o legitimam.

Soares (2009) afirma que as representações não são informações pontuais apenas, mas tratam de maneiras pelas quais os agentes compreendem a vida social e agem de acordo com tal compreensão. Nessa perspectiva, o conceito de enquadramento (*framing*) vem sendo utilizado como uma forma metodologicamente operacional de tornar inteligível a ação em dados contextos, para evidenciar que informações podem ser “selecionadas, valorizadas, destacadas, omitidas ou atenuadas, relacionadas a outras, (...), de modo a produzirem representações diferentes de uma mesma situação” (Soares, 2009, p. 21).

Para fazer a análise do material faremos breves considerações a partir da noção de enquadramento, procedimento bastante recorrente na pesquisa de materiais jornalísticos (Soares, 2009; D’angelo e Shaw, 2018).

Segundo Soares (2009), o enquadramento consegue pôr em evidência alguns vieses que estão implícitos na produção jornalística. O autor enfatiza que os fatores essenciais do enquadramento são seleção e ênfase, mas destaca-se que os três níveis da análise são: seleção, ênfase e *exclusão*. Podemos relacionar o enquadramento no exame

do jornalismo a um padrão de cobertura que estrutura e organiza o significado dos noticiários. Diz respeito tanto a um “esquema” mobilizado por jornalistas para entender, interpretar e, finalmente, expressar os fatos em certos textos (visuais, verbais, sonoros etc.), mas também, de forma relacional, se refere aos quadros de sentido mobilizados pela audiência que é interpelada por tais mensagens: “um *frame* revela uma estrutura interpretativa que atravessa todo o processo comunicativo, orientando a produção de formas simbólicas e sua leitura” (Mendonça e Simões, 2012).

Destaca-se que os enquadramentos não são estáticos, eles se desenvolvem ao longo dos anos, de acordo com a mudança das estruturas políticas, de acordo com o entendimento dos jornalistas também, dos órgãos de imprensa e de acordo com a redefinição das estruturas das elites, podendo absorver ou mudar o discurso (Soares, 2009).

Considerações

A matéria publicada no dia 27 de abril, um dia após o encerramento do evento, tem como título “Indígenas encerram evento com críticas a Lula e Gilmar Mendes”. No caderno de “Cotidiano”, ocupando meia página, o texto traz uma fotografia com a seguinte legenda: “Indígenas de várias etnias de todo o país participam do Acampamento Terra Livre, em Brasília”.



Indígenas de várias etnias de todo o país participam do Acampamento Terra Livre, em Brasília. Imagem: Lula e Gilmar Mendes

Indígenas encerram evento com críticas a Lula e Gilmar Mendes

Jorge Azeite e João Gabriel
BRASÍLIA. A 32ª edição do ATL (Acampamento Terra Livre) terminou nesta sexta-feira (26) com a divulgação de uma carta aberta em repúdio à condução da política indígenista no país, principalmente em relação à demarcação de territórios, tema central do evento, e cobrança de ações urgentes direcionadas ao presidente Lula (PT).
“Estamos vigilantes para que o presidente Lula cumpra o compromisso de instaurar, em um período de 15 dias, uma força tarefa, composta por Ministério da Justiça, Ministério dos Povos Indígenas, Secretaria Geral da Presidência e Advocacia Geral da União, para dialogar com os líderes e demarcar definitivamente todas as nossas terras”, afirma a carta.
Em partes com tom poético, o documento conta a história dos povos originários do Brasil, na visão do movimento indígena, e exige soluções acerca das pautas debatidas ao longo do evento, que começou na segunda-feira (24) e reunia mais de 8.000 pessoas das cinco regiões do Brasil, no centro da capital federal.
“Quem poderia imaginar que, após mais de cinco séculos de colonização e extermínio, estaríamos aqui, firmes como nossas florestas, entoados nossos cantos e tocando nossos maracás, em resistência pela vida e pelo bem viver de toda a sociedade”, diz o texto.
Assinado pela Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e organizações de base, a carta foi lida ao público na plenária principal. Segundo a organização do evento, participaram representantes de, pelo menos, 200 povos. O texto cobrou do governo, ainda, a participação efetiva e decisória de indígenas na condução de políticas para seus povos.
Lula não foi convidado a participar do ATL, maior mobilização indígena do país, em meio a uma irradiação dos povos como governo, diferentemente do que aconteceu nos últimos dois anos.
“Se houver necessidade de comprar terras, que seja para reassentar os invasores, e não deslocar nossos povos de suas terras originárias. Presidente Lula, não queremos viver em fazendas! É preciso impedir que Lula Costa, ministro chefe da Casa Civil, siga ‘mandando’ sobre as homologações de Terras Indígenas”, diz a declaração.
No texto, as organizações citaram a decisão do ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), tomada na segunda, que suspendeu todas as ações na Justiça que tratam da lei do marco temporal das terras indígenas, aprovada no ano passado pelo Congresso em reação à corte. Ele declarou que iria iniciar um processo de conciliação a respeito do reconhecimento, demarcação e uso das terras indígenas no país.
Para o movimento, a decisão de Gilmar “evidenciou mais uma vez sua parcialidade de favorável aos ruralistas e historicamente anti-indígena”. O movimento indígena espera que a corte anule o ato que contraria decisões feitas pelo STF sobre a tese do marco temporal.
Em setembro, por 9 votos a 2, o Supremo repetiu a tese – Gilmar proferiu um dos nove votos contrários a ela. Pelo entendimento defendido por ruralistas e refutado por indígenas, a demarcação dos territórios deve respeitar a área ocupada pelos povos até a promulgação da Constituição Federal, em outubro de 1988.
Além disso, a carta afirma que o ministro submeteu ao núcleo de conciliação do tribunal a questão dos direitos fundiários dos povos indígenas como forma de negociação.

O relato informa sobre o término do evento, sobre a divulgação da carta aberta em repúdio à condução da política indigenista do país e sobre a cobrança feita ao presidente Lula (PT). No dia da sua posse para o terceiro mandato, o presidente subiu a rampa do palácio rodeado, dentre outros representantes da sociedade, por um indígena. Ao longo da matéria alguns trechos da carta são citados e há ênfase em torno das cobranças dos indígenas sobre políticas mais efetivas de proteção aos povos e demarcação de terras, além do fato dos originários não terem convidado o presidente da república para participar do ATL, algo que aconteceu nos dois últimos anos. É reportado que o acampamento reuniu mais de 8 mil pessoas das cinco regiões do país na capital federal. Outro ponto bastante enfatizado é o descontentamento do movimento com o ministro Gilmar Mendes que “evidenciou mais uma vez sua parcialidade favorável aos ruralistas e historicamente anti-indígena”.

Um dos motivos que chamam atenção na reportagem é que ela é baseada na carta que foi publicada no final do evento, não tem nenhuma entrevista com os indígenas e nem com representantes da APIB ou de outro órgão. Um dos únicos textos publicados sobre o ATL ao longo de uma semana de um evento gigantesco, na edição impressa da Folha de S. Paulo, desconsiderou outras fontes e se baseou apenas no manifesto.

Para além das cobranças dos povos indígenas sobre o governo e sobre o STF, o ATL realizou uma série de debates ao longo desses cinco dias. Nenhuma dessas pautas foi apresentada no texto. A principal reivindicação gira em torno da demarcação das terras, mas outras demandas também foram apresentadas, principalmente sobre as questões de saúde, vacinas, adoecimentos mentais e violência contra as mulheres dentro das aldeias.

Quando utilizamos a análise de enquadramento buscamos, sobretudo, entender quais aspectos do acontecimento foram **selecionados** para contar aquela narrativa, o que foi **enfatizado** e também o que foi **excluído**. O elemento de exclusão é difícil de se detectar porque ele “não está dito”, mas não significa que ele não está lá. Segundo Goés (2017) “(...) o silenciamento está nas experiências narrativas e é resultado das torções dos silêncios e das palavras. Na ausência, as vozes serão subtraídas, emudecidas, impedindo que se faça memória, garantindo-se o esquecimento (Goés, 2017, p.33).

Neste trabalho tentamos problematizar a cobertura ou a falta dela na edição impressa da Folha de S.Paulo. Trazemos alguns apontamentos sobre a representação jornalística e enquadramento e como a grande mídia silencia sobre aspectos importantes das lutas dos povos indígenas e tende a colocar essa pauta sempre condicionada à alguma questão política interna ou externa. É como se a pauta por si só não merecesse destaque da imprensa, sendo que é hoje uma das questões fundamentais para a sobrevivência dos povos indígenas e para “frear” o avanço do capitaloceno sobre as áreas preservadas.

Referências

BARTHES, R. **Mitologias**. São Paulo: Difel, 1980.

CHARAUDEAU, P. O discurso das mídias: tradução Angela M.S. 2ed. São Paulo: Contexto, 2015.

D'ANGELO, P.; SHAW, D. **Journalism as Framing**. In VOS, T. P. (Editor), Journalism. Berlin, Boston: De Gruyter, 2018. (pp. 205–234).

ENTMAN, R. M. **Framing US Coverage of International News: contrast in narratives of the KAL and Iran Air incidentes**. Journal of Communication, 41 (4), Autumn, 1991.

MC COMBS, M. **Setting the agenda**. Cambridge: Polity Press, 2004

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. **Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 187-201, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000200012>.

PORTO, M. F. de S.; ROCHA, D. **Neoextrativismo, garimpo e vulnerabilização dos povos indígenas como expressão de um colonialismo persistente no Brasil**. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 46, n. 133, p. 487-500, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213317>.

RAPOZO, P. **Necropolitics, state of exception, and violence against indigenous people in the Amazon region during the Bolsonaro administration**. Brazilian Political Science Review, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-3821202100020003>.

SAFATLE, V. **Só mais um esforço: como chegamos até aqui ou como o país dos “pactos” “conciliações”, das frentes amplas produziu seu próprio colapso - 1.ed.** São Paulo: Vestígio, 2022.

SOARES, M. **Representações, Jornalismo e a Esfera Pública Democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.